A CAPOEIRA COMO LUTA SOCIAL

ALEXANDRE DE LUCCA

RESUMO

A capoeira, uma expressão cultural e marcial com raízes profundas na história do Brasil, emerge das tradições africanas trazidas pelos escravizados durante o período colonial. Sob a opressão colonial, a capoeira tornou-se uma forma de resistência, preservando tradições através da dança e da luta, muitas vezes praticadas secretamente para evitar a repressão das autoridades. Após a abolição da escravatura em 1888, a capoeira encontrou um novo espaço nas áreas urbanas do Brasil, especialmente nas periferias, onde ex-escravizados se estabeleceram em busca de trabalho. Por meio de uma revisão bibliográfica de autores como Abdias Nascimento (2019) Fontoura e Guimarães (2002), Menezes (2021) e Quijano (2005). Veremos como a prática da capoeira começou a se desenvolver de maneira mais organizada, sendo transmitida de geração em geração por mestres e praticantes. No início do século XX, a capoeira foi gradualmente reconhecida como uma forma de arte marcial e expressão cultural legítima, com mestres como Bimba e Pastinha desempenhando papéis fundamentais nesse processo. Isso levou à sua popularização não apenas no Brasil, mas também em outros países ao redor do mundo, tornando-se uma expressão cultural global. Em 2014, a capoeira recebeu o reconhecimento da UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, destacando sua importância histórica, cultural e social. Hoje, a capoeira continua a evoluir, adaptando-se às influências contemporâneas e sendo praticada por pessoas de todas as idades e origens. Contudo, a proibição da capoeira no Brasil durante os períodos colonial e pós-colonial representa um capítulo marcante e sombrio em sua história. As autoridades coloniais e posteriores viam na capoeira uma ameaça à estabilidade do sistema escravagista, levando à sua criminalização e repressão sistemáticas. Somente décadas mais tarde, com a gradual valorização da capoeira como uma expressão cultural legítima e sua incorporação em políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, é que a proibição começou a ser revertida. Assim, a capoeira não apenas reflete as injustiças históricas enfrentadas pela população afrodescendente, mas também ressalta o poder de resistência e resiliência cultural dessa comunidade.

Palavras-chave: Capoeira. Resistência. Luta.

ABSTRACT

Capoeira, a cultural and martial expression deeply rooted in Brazil's history, emerges from African traditions brought by enslaved people during the colonial period. Under colonial oppression, capoeira became a form of resistance, preserving traditions through dance and combat, often practiced clandestinely to evade authorities' repression. After the abolition of slavery in 1888, capoeira found a new space in Brazil's urban areas, especially in the peripheries, where former slaves settled in search of work. Through a literature review of authors such as Abdias Nascimento (2019), Fontoura and Guimarães (2002), Menezes (2021), and Quijano (2005), we will see how the practice of capoeira began to develop in a more organized manner, being passed down from generation to generation by masters and practitioners. In the early 20th century, capoeira was gradually recognized as a legitimate martial art and cultural expression, with masters like Bimba and Pastinha playing fundamental roles in this process. This led to its popularization not only in Brazil but also in other countries around the world, becoming a global cultural expression. In 2014, capoeira received recognition from UNESCO as Intangible Cultural Heritage of Humanity, highlighting its historical, cultural, and social significance. Today, capoeira continues to evolve, adapting to contemporary influences and being practiced by people of all ages and backgrounds. However, the prohibition of capoeira in Brazil during the colonial and post-colonial periods represents a significant and dark chapter in its history. Colonial and subsequent authorities saw capoeira as

a threat to the stability of the slave system, leading to its systematic criminalization and repression. Only decades later, with the gradual valorization of capoeira as a legitimate cultural expression and its incorporation into policies for the preservation of Brazilian cultural heritage, did the prohibition begin to be reversed. Thus, capoeira not only reflects the historical injustices faced by the Afro-descendant population but also highlights the power of resistance and cultural resilience of this community.

Keywords: Capoeira. Resistance. Combat.

INTRODUÇÃO

A capoeira é uma expressão cultural e marcial intrinsecamente ligada à história do Brasil, emerge das tradições africanas trazidas pelos escravizados durante o período colonial. Sob a sombra da opressão, os escravizados encontraram na capoeira uma forma de resistência, preservando suas tradições através da dança e da luta, muitas vezes praticadas secretamente para evitar a repressão das autoridades coloniais. Com a abolição da escravatura em 1888, a capoeira ganhou novo fôlego nas áreas urbanas do Brasil, especialmente nas periferias das grandes cidades, onde ex-escravizados se estabeleceram em busca de trabalho. Nesse contexto, a capoeira começou a se desenvolver de maneira mais organizada, sendo transmitida de geração em geração por mestres e praticantes.

No início do século XX, a capoeira foi gradualmente reconhecida como uma forma de arte marcial e expressão cultural legítima. Mestres como Bimba e Pastinha foram fundamentais nesse processo, contribuindo para a sistematização e codificação da capoeira em diferentes estilos, como a Capoeira Regional e a Capoeira Angola. Desta forma, ela se popularizou não apenas no Brasil, mas também em outros países ao redor do mundo, tornando-se uma forma de expressão cultural global. Em 2014, a UNESCO reconheceu a capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, destacando sua importância histórica, cultural e social.

Hoje, a capoeira continua a evoluir, adaptando-se às demandas e influências contemporâneas. É praticada por pessoas de todas as idades e origens, não apenas como uma forma de luta, mas também como uma manifestação cultural que incorpora elementos de dança, música, acrobacias e filosofia. Além disso, a capoeira desempenha um papel importante na promoção da inclusão social, no desenvolvimento pessoal e na preservação da rica herança cultural afro-brasileira.

Contudo, a proibição da capoeira no Brasil representa um capítulo marcante e sombrio em sua história, refletindo as dinâmicas de poder e opressão que caracterizaram o período colonial e pós-colonial do país. Durante séculos, a capoeira foi sistematicamente reprimida pelas autoridades coloniais e, posteriormente, pelas instituições do Estado brasileiro, devido ao seu potencial de resistência e subversão.

Durante o período colonial, as autoridades portuguesas enxergavam na capoeira uma ameaça à estabilidade do sistema escravagista. Os escravizados, ao praticarem a capoeira, não apenas preservavam suas tradições culturais africanas, mas também encontravam nela uma forma de resistência física e simbólica contra seus opressores. Como resultado, a capoeira foi proibida e criminalizada, sendo considerada um crime grave e sujeita a punições severas, incluindo castigos físicos e até mesmo a pena de morte.

Essa proibição continuou mesmo após a abolição da escravatura, refletindo as persistências das estruturas de poder e racismo na sociedade brasileira. Durante o início do século XX, a capoeira passou por um processo de reconhecimento e reavaliação por parte da sociedade brasileira, especialmente através do trabalho de mestres como Mestre Bimba e Mestre Pastinha. No entanto, ainda enfrentou resistência por parte das autoridades, que associavam a prática da capoeira à criminalidade e à marginalização social.

Somente décadas mais tarde, com a gradual valorização da capoeira como uma expressão cultural legítima e a sua incorporação em políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, é que a proibição começou a ser revertida. A capoeira foi aos poucos reconhecida como parte integrante da identidade nacional, e em 2014 recebeu o

título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Assim, a proibição da capoeira no Brasil não apenas reflete as injustiças e desigualdades históricas enfrentadas pela população afrodescendente, mas também ressalta o poder de resistência e resiliência cultural dessa comunidade, que através da capoeira preservou e transmitiu suas tradições ao longo dos séculos, resistindo à opressão e lutando por reconhecimento e dignidade.

Neste artigo, compreenderemos de que forma a capoeira pode expressar a resistência de povos marginalizados e está intrinsicamente relacionada a luta por direitos por meio de uma revisão bibliográfica de autores como Abdias Nascimento (2019) Fontoura e Guimarães (2002), Menezes (2021) e Quijano (2005).

A MARGINALIZAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO NÃO NEGRA E INDÍGENA NO DECORRER DA HISTÓRIA DO

A marginalização social da população não branca é uma triste realidade que permeia a história do Brasil desde os tempos coloniais até os dias atuais. Esse processo de marginalização é profundamente enraizado em dinâmicas históricas de escravidão, colonialismo, racismo estrutural e desigualdade socioeconômica, que moldaram as relações sociais, políticas e econômicas do país ao longo dos séculos.

O COLONIALISMO COMO UM CÂNCER CORROSIVO

O colonialismo é um fenômeno complexo e multifacetado que marcou profundamente a história mundial, especialmente entre os séculos XV e XX. Ele envolve a expansão política, econômica e cultural de nações poderosas sobre territórios estrangeiros, muitas vezes acompanhada pela exploração dos recursos naturais, domínio político e subjugação das populações locais. Ao longo da história, o colonialismo assumiu diversas formas, desde o estabelecimento de colônias de povoamento até o controle direto sobre territórios e povos. No contexto da era moderna, o colonialismo europeu foi particularmente proeminente. A partir do século XV, as nações europeias, como Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda, lançaram grandes expedições marítimas em busca de novas rotas comerciais e terras para conquistar. Esse período, conhecido como a Era dos Descobrimentos, resultou na colonização de vastas áreas do globo, incluindo partes da América, África, Ásia e Oceania.

Amarelos e azeitonados (ou oliváceos) somaram-se a brancos, índios, negros e mestiços. Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial (QUIJANO, 2005, p.230).

As motivações para o colonialismo eram diversas e incluíam o desejo de riqueza e poder, a expansão do cristianismo, a busca por novos mercados e matérias-primas e a competição entre as potências europeias. Os colonizadores frequentemente justificavam suas conquistas em termos de "missão civilizadora" ou "fardo do homem branco", argumentando que estavam levando a civilização e o progresso às regiões "atrasadas" do mundo. No entanto, a realidade do colonialismo era muito mais sombria. As potências coloniais impuseram sistemas políticos, econômicos e sociais que privilegiavam os interesses dos colonizadores em detrimento dos povos indígenas e locais. Isso muitas vezes resultou na exploração desenfreada dos recursos naturais, na destruição das culturas locais, na desapropriação de terras e na escravização das populações nativas. Além disso, toda essa dominação deixou um legado profundo e duradouro de injustiça e desigualdade que ainda é sentido até hoje. As fronteiras arbitrárias traçadas pelos colonizadores dividiram comunidades e grupos étnicos, criando tensões étnicas e conflitos que persistem até hoje. Além disso, as hierarquias raciais e socioeconômicas estabelecidas durante o período colonial continuam a moldar as estruturas de poder e as relações sociais em muitos países colonizados. Tratou-se de um fenômeno de grande alcan-

ce e impacto histórico que deixou um legado complexo de exploração, injustiça e desigualdade em todo o mundo. É importante reconhecer e confrontar esse legado para construir sociedades mais justas e equitativas no futuro.

Julgo desnecessário insistir na descrição da abominável natureza do sistema escravista no Brasil, contra o qual tantos mártires da libertação africana lutaram com o sacrifício de suas vidas. No entanto, é necessário chamar a atenção para o fato de certos estudiosos e escritores, geralmente brancos – os únicos que possuem os meios, a voz e a oportunidade de veicular opiniões fora do país -, terem construído uma história fictícia da escravidão, da abolição e das relações entre pretos e brancos. (NASCIMENTO, 2019, p.81)

Em Nascimento, a atenção é direcionada para a distorção histórica perpetrada por certos estudiosos e escritores brancos em relação à escravidão e à abolição no Brasil. Em primeiro lugar, o autor reconhece a abominável natureza do sistema escravista brasileiro, cuja crueldade e injustiça são amplamente reconhecidas. No entanto, ele opta por não se aprofundar nessa descrição, considerando-a desnecessária diante do consenso sobre sua gravidade. Ao invés disso, o foco é direcionado para a crítica contemporânea à construção da história por parte de determinados estudiosos e escritores brancos. Estes indivíduos, muitas vezes detentores dos meios de disseminação de conhecimento e da oportunidade de influenciar narrativas além das fronteiras nacionais, são acusados de distorcer os eventos históricos relacionados à escravidão e à abolição. A historiadora também ressalta a importância de reconhecer os mártires africanos que lutaram contra a escravidão no Brasil, destacando seus sacrifícios e esforços na busca pela liberdade. Esses mártires são apresentados como exemplos de resistência e dignidade em face da opressão.

A crítica central recai sobre a construção de uma história fictícia da escravidão e da abolição, que não apenas distorce os fatos, mas também perpetua narrativas que servem aos interesses daqueles que detêm o poder e o privilégio. Essa distorção histórica é particularmente problemática porque influencia a compreensão pública dos eventos passados e, consequentemente, molda percepções e atitudes em relação ao presente. Ao destacar a origem étnica dos estudiosos e escritores responsáveis por essa construção fictícia da história, o autor ressalta a importância de dar voz e espaço para aqueles que foram marginalizados e oprimidos pelo sistema escravista. É uma chamada à necessidade de incluir. Logo, ao destacar a origem étnica dos estudiosos e escritores responsáveis por essa construção fictícia da história, o autor ressalta a importância de dar voz e espaço para aqueles que foram marginalizados e oprimidos pelo sistema escravista. É uma chamada à necessidade de incluir perspectivas e experiências diversas na construção da narrativa histórica, especialmente daqueles que foram diretamente afetados pela escravidão e suas consequências.

Desta forma, durante o período colonial, a exploração dos povos indígenas e a importação massiva de escravos africanos para trabalhar nas plantações foram pilares fundamentais da economia brasileira. Essa exploração sistemática da mão de obra não branca foi acompanhada por uma ideologia de supremacia branca que justificava a subjugação e exploração das populações indígenas e africanas. Essa mentalidade permeou todas as esferas da sociedade brasileira, da estrutura legal às relações sociais cotidianas, perpetuando a marginalização e desumanização dos não brancos.

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de

controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento. (QUIJANO, 2005, p. 232)

Fica evidenciado em Quijano que a dinâmica de incorporação das diversas e heterogêneas histórias culturais ao redor do mundo em um único sistema dominado pela Europa. Ele relaciona essa incorporação cultural à configuração de um mundo cultural, intelectual e intersubjetivo, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, visando estabelecer o capitalismo mundial. O autor destaca que a hegemonia europeia resultou na articulação de todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais em uma única ordem cultural global, centrada na hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, a Europa concentrou sob sua hegemonia o controle não apenas dos aspectos econômicos e políticos, mas também da subjetividade, da cultura e do conhecimento. Essa concentração de poder não se limitou apenas ao controle dos meios de produção material, mas também se estendeu ao controle dos meios de produção do conhecimento. Isso significa que a Europa exerceu uma influência dominante sobre os processos de produção, disseminação e validação do conhecimento, impondo seus próprios padrões e perspectivas como normativos e universais.

Essa análise de Quijano destaca como a hegemonia europeia não se restringiu apenas aos aspectos econômicos e políticos do sistema mundial, mas também permeou profundamente os aspectos culturais e intelectuais, moldando a forma como o conhecimento é produzido, interpretado e valorizado em escala global. Essa dinâmica evidencia a complexidade e o alcance do poder colonial e imperial europeu, que transcendeu as fronteiras geográficas e influenciou a estruturação da sociedade global de maneira profunda e duradoura. Pois, após a abolição da escravatura em 1888, a marginalização social da população não branca persistiu de diversas formas. A abolição não foi acompanhada por medidas efetivas de inclusão social ou reparação histórica para os ex-escravos, que foram deixados à margem da sociedade, sem acesso à terra, educação ou oportunidades econômicas. Além disso, as ideologias racistas continuaram a informar as políticas públicas e práticas sociais, criando obstáculos estruturais para o avanço social e econômico dos não brancos. No período pós-abolição, o mito da "democracia racial" foi promovido como uma narrativa oficial de harmonia racial no Brasil, enquanto na prática, o racismo persistia de forma velada e sistêmica. As populações não brancas foram relegadas a empregos mal remunerados, moradias precárias e acesso limitado aos serviços públicos, perpetuando ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão social.

A LUTA POR DIREITOS E A RESISTÊNCIA

Com uma existência estimada entre 300 e 400 anos, a capoeira surge como forma de defesa dos negros que eram escravizados no Brasil desde o século XVI. Marginalizada e perseguida, foi proibida, e sua execução foi considerada um crime durante 47 anos, mesmo após a Abolição da Escravatura – de 1890 a 1937, conforme disposto no artigo 402 do Código Penal. Quem descumprisse a lei, poderia ser condenado à pena de seis meses a dois anos de prisão. (MENEZES, 2021).

Durante o século XX, movimentos sociais e políticos liderados por ativistas negros e indígenas lutaram contra a marginalização e o racismo institucionalizado, exigindo igualdade de direitos civis, políticos e econômicos. Apesar de avanços significativos, como a promulgação da Lei de Cotas e políticas de ação afirmativa, a marginalização social da população não branca persiste até os dias de hoje. Nos tempos contemporâneos, a marginalização social continua a se manifestar em disparidades raciais gritantes em áreas como educação, saúde, segurança pública e mercado de trabalho. O racismo estrutural e a violência policial contra as populações não brancas são questões urgentes que exigem uma resposta coletiva e sistêmica por parte da sociedade brasileira.

De acordo com Menezes (2021), a história da capoeira no Brasil, destacando sua origem como uma forma de defesa desenvolvida pelos negros escravizados desde os primeiros séculos de colonização. Ele ressalta que, ao longo de sua existência estimada entre

300 e 400 anos, a capoeira foi marginalizada e perseguida pelas autoridades, sendo inclusive proibida por lei. O autor aponta que a capoeira foi considerada um crime durante um longo período de tempo, mesmo após a abolição da escravatura no Brasil. O Código Penal de 1890, em seu artigo 402, estabelecia que a prática da capoeira era ilegal, e aqueles que a executassem estariam sujeitos a pena de seis meses a dois anos de prisão. Essa proibição oficial da capoeira reflete não apenas a repressão às práticas culturais dos negros, mas também o medo das elites dominantes em relação à resistência e organização dos afrodescendentes. A capoeira, além de ser uma forma de defesa pessoal, era também um meio de preservação da cultura e identidade afro-brasileira, o que representava uma ameaça ao status quo estabelecido.

A persistência da proibição da capoeira por quase cinco décadas após a abolição da escravatura demonstra como as estruturas de poder continuaram a marginalizar e criminalizar práticas culturais associadas às comunidades afrodescendentes. Apenas no final da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, a proibição da capoeira foi revogada, o que representou um marco na luta pela valorização e reconhecimento dessa manifestação cultural tão significativa para a história do Brasil.

A resistência negra antes e após a abolição da escravatura no Brasil é um tema fundamental para compreender a luta contínua dos afrodescendentes pela liberdade, igualdade e justiça ao longo da história do país. Antes da abolição, a resistência negra era uma resposta direta à brutalidade e desumanidade da escravidão, manifestando-se de várias formas, desde rebeliões e fugas, a formação de quilombos e até estratégias de sabotagem, que levaram à preservação da cultura africana. Pois, durante o período colonial, os escravos africanos enfrentaram condições de trabalho extremamente cruéis e desumanas nas plantações e nas minas, mas não aceitaram passivamente sua condição. Muitos se rebelaram contra seus senhores, liderando revoltas como a Revolta dos Malês (1835) e a Revolta dos Escravos de Carranca (1839), que desafiaram diretamente o sistema escravocrata e exigiram a liberdade e a dignidade humana.

Com séculos de existência, a capoeira mostra que isso é uma verdade. Um patrimônio imaterial difícil de definir, mas há quem tente e se aproxime. Para isso, é preciso viver, sentir na pele e ter ginga. Mestre Pastinha disse: “Capoeira é mandinga de escravo em ânsia de liberdade, seu princípio não tem método, e seu fim é inconcebível ao mais sábio capoeirista”. (MENEZES, 2021)

Além das rebeliões abertas, a resistência negra também se manifestava em formas mais sutis, como a prática da capoeira, que os escravos utilizavam como meio de autodefesa e preservação da cultura africana, e o quilombo, comunidades de fugitivos que estabeleciam sociedades livres e autônomas longe das plantações. Contudo, após a abolição da escravatura em 1888, a resistência negra continuou, pois a libertação formal não significou igualdade real. Os ex-escravos enfrentaram discriminação e marginalização em todas as esferas da sociedade, sendo relegados a empregos mal remunerados, moradias precárias e acesso limitado à educação e aos direitos políticos. Nesse contexto, os afrodescendentes continuaram a lutar por seus direitos e por uma sociedade mais justa e inclusiva. Movimentos como o abolicionismo, o movimento negro e as lutas por direitos civis e políticos foram fundamentais para avançar na agenda da igualdade racial e na promoção da dignidade e respeito para com a população negra.

No entanto, a resistência negra não se limitou apenas a lutas políticas e sociais. A preservação da cultura afro-brasileira, através da música, dança, religião e outras expressões artísticas, também foi uma forma de resistência contra a opressão e uma afirmação da identidade e orgulho negro. Essa resistência negra é luta contínua contra a opressão e a injustiça, marcada pela coragem, determinação e resiliência dos afrodescendentes em busca da liberdade, igualdade e dignidade plenas. É uma história que nos inspira a continuar lutando por um mundo mais justo e inclusivo para todos.

A CAPOEIRA: A RESISTÊNCIA HISTÓRICA DA CULTURA NEGRA.

A capoeira é uma arte marcial afro-brasileira que combina elementos de luta, dança, música e cultura. Originária do Brasil, a capoeira tem suas raízes nas tradições dos escravos africanos trazidos para o país durante o período colonial. É uma forma de expressão cultural que desempenha um papel importante na identidade afro-brasileira e na preservação das tradições ancestrais. Esta arte é praticada em um espaço circular chamado de "roda", onde os participantes, chamados de capoeiristas, interagem através de movimentos acrobáticos, esquivas, chutes e golpes de mãos e pés. A fluidez e a improvisação são características essenciais da capoeira, com os capoeiristas respondendo aos movimentos do parceiro de maneira criativa e dinâmica. Vale ressaltar que além dos aspectos físicos, a capoeira também incorpora elementos musicais, com o acompanhamento de instrumentos como o berimbau, o pandeiro e o atabaque. As músicas, cantadas em dialetos africanos, geralmente abordam temas como liberdade, resistência e identidade cultural, e fornecem o ritmo e a energia para a prática da capoeira.

Para Areias (1983), como os escravos africanos não possuíam armas para se defender dos inimigos, - os feitores, os senhores de engenho -, movidos pelo instinto natural de preservação da vida, descobriram em si mesmos a sua arma, a arte de bater com o corpo, à semelhança das brigas dos animais, suas marradas, coices, saltos e botes. Aproveitaram ainda suas manifestações culturais trazidas da África, suas danças, cantigas e movimentos. Dessa forma nasceu o que hoje chamamos de capoeira. (FONTOURA E GUIMARÃES, 2002, p.143).

A capoeira é muito mais do que apenas uma forma de luta. É uma manifestação cultural rica e complexa que incorpora elementos de dança, música, filosofia e história. Ao longo dos séculos, a capoeira tem desempenhado um papel importante na resistência e na preservação da cultura afro-brasileira, servindo como uma forma de empoderamento e identidade para os afrodescendentes no Brasil e em todo o mundo. A capoeira, uma forma de expressão cultural profundamente enraizada na história do Brasil, é amplamente reconhecida como uma manifestação de resistência social. Desde seus primórdios durante o período colonial até os dias atuais, a capoeira tem sido uma ferramenta para os marginalizados se oporem à opressão e preservarem suas tradições culturais em face da adversidade.

Um dos motivos que contribuiu para dificultar o conhecimento sobre a origem da capoeira foi o fato de Ruy Barbosa, quando ministro da Fazenda, com o argumento de apagar a história negra da escravidão, ter mandado incinerar uma vasta documentação relativa a esse período. A maioria dos autores afirmam que a capoeira veio para o Brasil trazida pelos negros bantos. A capoeira foi, durante muito tempo, disfarçada e escondida dos senhores de engenho e feitores. Hoje é considerada uma manifestação cultural nascida da luta dos negros pela liberdade. Ainda depois de abolida a escravidão, a capoeira foi perseguida e enquadrada no antigo Código Penal. (FONTOURA E GUIMARÃES, 2002, p.149)

Durante o período colonial brasileiro, a capoeira emergiu das comunidades de escravos africanos trazidos ao Brasil, que a praticavam como uma forma de autodefesa e resistência contra seus opressores. Sob a ameaça da brutalidade e da desumanidade da escravidão, os escravos encontraram na capoeira não apenas uma maneira de proteger seus corpos, mas também de preservar suas identidades culturais africanas e manter a esperança de liberdade e dignidade. Sendo assim, a prática clandestina da capoeira, muitas vezes disfarçada como dança ou jogo, permitiu que os escravos se reunissem em segredo, compartilhando não apenas técnicas de luta, mas também músicas, rituais e tradições transmitidas oralmente de geração em geração. Essa preservação da cultura afro-brasileira foi fundamental para a sobrevivência e resiliência das comunidades negras no Brasil colonial.

A capoeira continuou a ser uma forma de resistência social para os afrodescendentes no Brasil. Apesar da libertação formal dos escravos, a discriminação e marginalização persistiram, levando os ex-escravos a enfrentarem desafios econômicos, sociais e políticos significativos. A capoeira proporcionou uma forma de empoderamento e mobi-

lização para os afro-brasileiros, permitindo que eles se unissem em torno de uma prática cultural compartilhada que fortalecia sua identidade e coesão comunitária.

Fatos ocorridos na história da capoeira podem ter caído no esquecimento ou, eventualmente, terem sido distorcidos, pois grande parte do que hoje se sabe sobre a capoeira praticada pelos escravos foi transmitida, através das gerações, de forma verbal. No entanto, contendo elementos de expressão corporal, como a ginga, acrobacias e floreios, e de comunicação, como o canto e a música, a capoeira permaneceu viva na cultura popular brasileira e assim se manteve desde os primórdios da nossa história, porque cativou muitos que a ela se dedicaram de corpo e alma. Atualmente a capoeira está bastante difundida por todo o país, porém há uma enorme dificuldade em encontrar documentos a respeito de suas raízes. (FONTOURA E GUIMARÃES, 2002, p.141)

Desta forma, é possível compreender a complexidade em reconstruir a história da capoeira devido à predominância da transmissão oral de conhecimento ao longo dos séculos. A capoeira, prática que incorpora elementos de expressão corporal e comunicação, como a ginga, acrobacias, canto e música, foi mantida viva na cultura popular brasileira desde os tempos coloniais, conquistando adeptos dedicados. A história da capoeira, contudo, enfrenta desafios na sua preservação e compreensão devido à falta de registros documentais precisos sobre suas origens e evolução. A transmissão oral, embora tenha sido eficaz na preservação da prática, resultou na possível perda ou distorção de eventos históricos ao longo do tempo. Assim, muitos fatos podem ter caído no esquecimento ou sido reinterpretados ao serem transmitidos de geração em geração. Apesar das dificuldades na obtenção de informações históricas, a capoeira se disseminou por todo o país e além de suas fronteiras, tornando-se uma manifestação cultural reconhecida internacionalmente. A prática continua a atrair praticantes e entusiastas que se dedicam a ela com fervor e paixão, mantendo viva sua essência e tradição.

Contudo, a ausência de documentos históricos escritos representa um obstáculo significativo para pesquisadores e historiadores interessados em investigar as raízes da capoeira. A busca por documentos que detalhem suas origens e desenvolvimento histórico é um desafio constante, e a história da capoeira permanece, em muitos aspectos, envolta em mistério e especulação. Logo, ressalta-se a importância da transmissão oral na preservação da capoeira ao longo dos séculos, mas também ressalta os desafios enfrentados na reconstrução de sua história devido à escassez de registros escritos. A capoeira continua a ser uma manifestação cultural vibrante e significativa, mas sua história continua a ser objeto de estudo e investigação para aqueles interessados em compreender suas raízes e evolução ao longo do tempo.

Além de ser uma forma de resistência histórica, a capoeira também é uma ferramenta para enfrentar as injustiças contemporâneas. Em tempos modernos, ela é praticada por pessoas de todas as origens como uma forma de se opor à discriminação racial, promover a inclusão social e celebrar a diversidade cultural. A capoeira oferece um espaço onde as pessoas podem se expressar livremente, desafiando as normas sociais e reivindicando sua autonomia e liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A patrimonialização da capoeira é um passo crucial para reconhecer e valorizar sua importância como uma forma de resistência cultural e social. Ao ser reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO em 2014, a capoeira recebeu uma validação internacional de sua significância histórica, cultural e social, destacando seu papel como uma manifestação de resistência e afirmação da identidade afro-brasileira. A patrimonialização da capoeira representa um reconhecimento oficial de seu valor como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro e da herança da humanidade. Ela ajuda a proteger e preservar a prática da capoeira, garantindo sua transmissão às gerações futuras e promovendo seu reconhecimento e respeito na sociedade.

Além disso, a patrimonialização da capoeira também contribui para fortalecer a autoestima e o orgulho das comunidades afro-bra-

sileiras, ao afirmar a importância de sua cultura e história na identidade nacional. Isso é especialmente significativo em um país como o Brasil, onde as populações negras foram historicamente marginalizadas e desvalorizadas. Ao ser reconhecida como patrimônio cultural, a capoeira também ganha maior visibilidade e oportunidades de promoção e desenvolvimento. Isso pode incluir a criação de políticas públicas para apoiar a prática da capoeira, o estabelecimento de programas educacionais e de turismo cultural, e a organização de eventos e festivais que celebrem e disseminem a arte da capoeira para um público mais amplo.

Portanto, a patrimonialização da capoeira pode ajudar a combater estereótipos e preconceitos associados à prática, promovendo uma compreensão mais ampla e respeitosa de sua história e significado. Isso pode contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e tolerante, onde a diversidade cultural é valorizada e celebrada. a patrimonialização da capoeira é um reconhecimento importante de sua importância como uma forma de resistência cultural e social. Ela ajuda a proteger e promover a prática da capoeira, fortalece a identidade afro-brasileira e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Sendo assim, a capoeira é mais do que apenas uma arte marcial ou uma forma de entretenimento. É uma poderosa manifestação de resistência social que tem desempenhado um papel significativo na história e na cultura do Brasil, proporcionando uma voz e uma plataforma para os marginalizados se expressarem e lutarem por uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTOURA, Adriana R.R.. GUIMARÃES, Adriana C.A. História da Capoeira. Rev. da Educação Física/UEM Maringá, v. 13, n. 2 p. 141-150, 2. sem. 2002.

MENEZES, Tássia. A Capoeira: Resistência Imaterial. UERJ: Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: < https://conexao.ufrj.br/2021/03/capoeira-resistencia-imaterial/> Acesso em: 28 de abr de 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. 3ª ed. Rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro Ipeafro, 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278. (Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf. Acesso em 26 de abr de 2024.